

	<p align="center"><u>MODELO DE DECLARAÇÃO ME / EPP</u></p> <p align="center"><u>ANEXO V</u></p>		
	<p align="center">DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DEADM</p>	<p align="center">SERVIÇO DE LICITAÇÕES SELIC</p>	<p align="center">LICITAÇÃO Nº 002/2009</p>

DECLARAÇÃO

..... (razão social do licitante)
 com endereço na
 inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu representante legal infra-
 assinado, sob pena **de** submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02,
declarar que cumpre os requisitos legais que assim o classifica consoante referido no Decreto federal nº
6204, de 05 de setembro de 2007, art. 11, e que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art.
3º, § 4º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, abaixo transcritas:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

“§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

- I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- X – constituída sob a forma de sociedade por ações.”

Em, de de 2009.
CARIMBO E ASSINATURA LEGÍVEL DO REPRESENTANTE LEGAL